

**Nota Cetad/Coest nº 196, de 08 de novembro de 2024.****Interessado:** Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**Assunto:** Estimativa de Impacto dos REsp 2093050 e 2093052 – PIS e Cofins sobre receitas decorrentes de vendas de mercadorias de origem nacional, realizadas a pessoas físicas domiciliadas em área abrangida pela Zona Franca de Manaus (ZFM).*Processo SEI: 10951.008805/2024-91 (e-Processo: 10265.469966/2024-96)***SUMÁRIO EXECUTIVO**

A presente Nota Técnica tem por objetivo responder ao Ofício SEI nº 58212/2024/MF, de 20 de setembro de 2024, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, endereçado ao Sr. Secretário-Especial da Receita Federal do Brasil (Processo SEI nº 10951.008805/2024-91 e e-Processo nº 10265.469966/2024-96), no qual se solicita estimativa de impacto econômico-financeiro decorrente de eventual decisão contrária à União nos REsp 2093050 e 2093052 (Matéria SAJ nº 1.11.2.2.123).

ANÁLISE

2. Nesses REsp, questiona-se a legalidade da incidência de PIS e Cofins sobre as receitas decorrentes de vendas de mercadorias de origem nacional, realizadas a pessoas físicas domiciliadas em área abrangida pela Zona Franca de Manaus, conforme entendimento do art. 1º das Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003, dos arts. 149, § 2º, I, e 40 do ADCT, da Constituição Federal de 1988, do Decreto-Lei nº 288, de 1967, da Solução de Consulta Cosit nº 112, de 2020, e da regulamentação e normatização de regência da matéria.

METODOLOGIA DE CÁLCULO

3. Com o objetivo de estimar a ordem de grandeza do impacto tributário decorrente de eventual decisão desfavorável à União nos REsp em tela, foi desenvolvido o procedimento sintetizado

nos itens 4 e 5 a seguir:

4. Com fundamento em informações constantes nas bases de Notas Fiscais Eletrônicas (NFe) relativas a vendas de produtos e mercadorias para pessoas físicas domiciliadas na Zona Franca de Manaus (ZFM) e em Áreas de Livre Comércio (ALCs), ref. ACs de 2019 a 2023 (os cinco anos-calendário completos mais recentes ali disponíveis), calcularam-se os montantes potenciais de perda de arrecadação futura e/ou de obrigação de devolução de valores pagos a maior de PIS e Cofins sobre as receitas decorrentes de vendas de bens de origem nacional a pessoas físicas domiciliadas na ZFM [e, por extensão, também as domiciliadas nas outras ALCs], caso houvesse possibilidade legal de exclusão desse tipo de receita de suas bases de cálculo.

5. Então, com base em tais montantes, foi estimado o impacto tributário de eventual decisão judicial desfavorável à União que considere ilegal a incidência de PIS e Cofins sobre as receitas acima referidas, o que se consubstanciaria em perda de arrecadação futura dessas Contribuições e/ou necessidade de devolução de valores pagos a maior, integralmente ou apenas os referentes aos últimos exercícios – a depender dos exatos termos da eventual decisão judicial em relação aos REsp em tela.

IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

6. A metodologia descrita nos itens 4 e 5 resultou em impactos econômico-financeiros negativos estimados em valores da ordem de **R\$ 3,55 bilhões ref. 2019 a 2023**, e de **R\$ 710 milhões anuais futuros**, na situação disposta no item 3.

7. Importa ressaltar que, qualquer que seja a decisão judicial desfavorável à União, seus efeitos seriam modulados para especificar, p. ex., períodos de apuração abrangidos, forma de devolução de valores pagos a maior, sistemática de correção aplicável e demais aspectos concernentes à sua aplicação concreta, fatores que não teríamos, no momento, como incluir com detalhes e precisão na estimativa acima.

CONCLUSÃO

8. Concluindo, cabe enfatizar ainda que, em virtude de os cálculos acima não terem sido efetuados especificamente em relação aos contribuintes eventualmente atingidos nos REsp em comento, e sim a partir de um conjunto deles que supostamente compartilharia situação tributável

semelhante, os impactos econômico-financeiros estimados aqui apresentados não corresponderiam aos valores precisos envolvidos na presente ação judicial, mas tão somente à ordem de grandeza dos valores potenciais totais que poderão vir a ser desembolsados pela União, e/ou excluídos da arrecadação federal atual e futura, em caso de eventual decisão desfavorável à União.

São essas as informações e considerações pertinentes submetidas à apreciação superior.

Assinado digitalmente
ANDRÉ LUIZ BARBOSA
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao Chefe do Cetad.

Assinado digitalmente
ROBERTO NAME RIBEIRO
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se, conforme proposto, ao Gabin/RFB.

Assinado digitalmente
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe do Cetad



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 11/11/2024 10:30:21 por Claudemir Rodrigues Malaquias.

Documento assinado digitalmente em 11/11/2024 10:30:21 por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS, Documento assinado digitalmente em 08/11/2024 13:54:07 por ROBERTO NAME RIBEIRO e Documento assinado digitalmente em 08/11/2024 12:40:11 por ANDRE LUIZ BARBOSA.

Esta cópia / impressão foi realizada por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 11/11/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP11.1124.10303.S61G

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
94AF459120BE75876A19757E7901B0BC1B6C465505B4B681C3630396A4A34B1E